



## **Reunião Magna da Farmácia**

**Lisboa, 13 de Outubro de 2012**

### **Discurso do Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos Carlos Maurício Barbosa**

Caras e Caros Colegas Farmacêuticos,

Caras e Caros Estudantes de Ciências Farmacêuticas,

Caras e Caros Técnicos de Farmácia,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As minhas primeiras palavras são para todos Vós.

Para reconhecer o importante contributo que, no vosso dia-a-dia de trabalho, prestam a Portugal e aos portugueses.

Permitam-me que, daqui, dirija uma palavra especial a todos os farmacêuticos portugueses.

Para os saudar pela extraordinária dedicação à profissão, que muito têm dignificado e prestigiado.

## I

Importa que os decisores políticos tenham consciência de que os farmacêuticos portugueses têm participado na primeiríssima linha do desenvolvimento do sistema nacional de saúde, desempenhando funções essenciais e dando resposta, de modo insubstituível, a necessidades da população e do País.

O elevado grau de satisfação da população com a actividade dos farmacêuticos e dos seus colaboradores está demonstrado em vários estudos independentes.

E é também inegável que a profissão farmacêutica tem uma importante quota-parte de responsabilidade em muitos dos sucessos do nosso sistema de saúde.

Os farmacêuticos comunitários sempre foram vistos pelos portugueses como os profissionais de saúde que lhes estão mais próximos e lhes são mais afectivos e que colocam diariamente a sua perícia técnico-científica ao serviço da sociedade, promovendo mais e melhores cuidados de saúde.

Com uma formação construída ao longo de cinco anos de universidade e uma qualificação estruturada e permanente, ao longo da vida, supervisionada pela Ordem dos Farmacêuticos, os farmacêuticos asseguram aos cidadãos acessibilidade aos medicamentos e garantem a sua qualidade e segurança.

Além disso, os farmacêuticos comunitários promovem a adequada utilização dos medicamentos e o seu uso racional, contribuindo decisivamente para que sejam alcançados os *outcomes* clínicos desejados.

Aí, nas farmácias e nos farmacêuticos, reside um dos mais inestimáveis e intangíveis valores das sociedades modernas.

A sociedade usufrui da vossa plena disponibilidade para prestar aconselhamento diferenciado, que é gratuito e disponível 24 horas por dia, durante os 365 dias do ano.

Devo ainda salientar a permanente participação activa dos farmacêuticos comunitários em campanhas de saúde pública, visando a promoção da saúde e a prevenção da doença, com especial importância na educação para a saúde, domínio este muito relevante para a sociedade e para o País.

Para tudo isto, os farmacêuticos portugueses realizam diariamente milhares de intervenções e procedimentos técnicos diferenciados, decorrentes do Acto Farmacêutico, que os cidadãos muito valorizam pelo impacto na sua vida.

## **II**

Não obstante este quadro, que acabo de apresentar, o sector das farmácias tem vivido, desde 2005, momentos de incompreensível adversidade, impostos pelos decisores políticos.

O descontentamento que todos vós – farmacêuticos, técnicos e estudantes – vêm hoje aqui expressar é para a Ordem dos Farmacêuticos inteiramente justificado.

A Ordem dos Farmacêuticos reconhece a justeza e a legitimidade da vossa manifestação pública.

A Farmácia portuguesa está, de facto, de luto.

E os portugueses também demonstraram a sua compreensão.

A adesão em massa da população portuguesa à petição “pelo acesso de qualidade aos medicamentos e para que as farmácias disponham de condições necessárias ao seu normal funcionamento” constitui uma clara demonstração de que os portugueses estão conscientes da gravidade da situação e estão solidários com as farmácias.

### III

Portugal está mergulhado num clima de severa crise económica, financeira e social.

Todos temos consciência de que a situação se apresenta muito complexa e de difícil resolução.

Há muitos anos que a necessidade de reformas estruturais no sector da saúde em Portugal é por demais evidente.

Especialistas dos mais variados quadrantes ideológicos o vêm afirmando.

E desde que presido à Ordem dos Farmacêuticos, vão quase três anos, também tenho levantado e insistido nesta questão das reformas estruturais da saúde.

É preciso, porém, e é altamente recomendável que haja ponderação. E que a vaga reformista não se torne devastadora.

São necessárias reformas estruturais, visando melhorar significativamente a produtividade e a racionalização dos recursos da saúde – todos, humanos e materiais.

É necessário cortar as despesas supérfluas e anular o desperdício.

É necessário reformar o próprio Ministério da Saúde e, de um modo geral, todo o Estado, de forma a aumentar a eficiência, ou seja, a relação *outputs* produzidos/*inputs* consumidos.

Enfim, são necessárias reformas que antes nunca avançaram em toda a sua plenitude, seja por divergências políticas, por instabilidades de governo, por falta de coragem política ou por pressões conservadoras do *status quo*.

Mas, dizemos nós, Ordem dos Farmacêuticos, cuidado com as primazias de uma eficiência que, sendo reconhecidamente imprescindível do lado das despesas públicas, não deverá ter vistas curtas.

Sobretudo não deverá flagelar os campos irredutíveis da verdadeira equidade, ou justiça social.

Nem deverá destruir o tecido das *pme* da saúde (como as farmácias), que já vêm lutando pela sobrevivência financeira e pela independência deontológica.

#### **IV**

Medidas estruturais e reformistas são, pois, mais do que bem-vindas.

Contudo, não se confunda medidas estruturais com decisões avulsas de austeridade cega, visando simplesmente cortes na despesa sem estudos prévios sobre o seu impacto económico e social.

Refiro-me, em especial, às inúmeras medidas que, desde 2005, foram sendo impostas ao sector do medicamento, designadamente as sucessivas reduções operadas nos preços, cujo carácter penalizador se acentuou fortemente nos últimos dois anos.

Tratou-se de uma sequência de medidas avulsas e conjunturais, que não resultaram da devida avaliação integrada do sistema de saúde e visaram objectivos imediatistas.

Por isso mesmo, não resolveram os problemas estruturais de sustentabilidade do SNS.

Mas criaram problemas de natureza económica e financeira a todos os operadores do circuito do medicamento, que se têm revelado particularmente graves para os de pequena dimensão com as farmácias.

No caso das farmácias, acresce ainda o modelo de remuneração em vigor desde Janeiro passado, que assume uma particular dimensão negativa, por ter vindo agudizar a situação já muito fragilizada do sector.

## V

Hoje, é do domínio público que várias centenas de farmácias se encontram mergulhadas numa crise económica e financeira que até há pouco tempo era inimaginável.

E que, em grande número, as outras farmácias estão no limite das condições necessárias à sua sobrevivência.

A Ordem dos Farmacêuticos tem acompanhado com crescente preocupação esta situação.

E fazemo-lo não directamente pelos aspectos materiais que ela envolve, mas mais pelos aspectos qualitativos e intangíveis da função social do Farmacêutico, que à Ordem cumpre salvaguardar e valorizar em todas as circunstâncias.

Aspectos qualitativos e intangíveis esses que, porém, uma situação economicamente difícil das farmácias pode pôr gravemente em causa.

Temos reiteradamente vindo a defender a viabilidade económica dos operadores, em particular dos de pequena dimensão como as farmácias, onde exercem funções quase 9 mil farmacêuticos.

Entendemos que, em clima assaz perturbado de viabilidade económica é muito difícil e poderá mesmo ser sobre-humano os farmacêuticos continuarem a exercer a profissão de forma irrepreensível dos pontos de vista técnico-científico e deontológico, com autonomia e independência – o que constitui um supremo valor da função social do farmacêutico, que a Ordem tem por dever velar e valorizar.

## VI

A Ordem dos Farmacêuticos tem plena consciência da difícil situação em que se encontra o País e da imperiosa necessidade de contenção e controlo mais efectivo da despesa pública em geral e da despesa do SNS em particular.

Tenho procurado assumir posições construtivas e independentes.

Há muito que venho insistentemente defendendo e propondo medidas de carácter estrutural, visando racionalidade e combate ao desperdício de recursos.

É certo que algumas medidas estruturais têm sido implementadas pelo actual Governo, as quais, reconheço, configuram um caminho apreciável, embora os resultados não sejam ainda muito visíveis.

Todavia, têm sido mantidas as condições propiciadoras da espiral deflacionista dos medicamentos (especialmente dos genéricos), cuja intensidade se acentuou fortemente nos últimos dois anos, com efeitos colaterais altamente preocupantes, que, a nosso ver, não têm sido devidamente considerados pelo Governo.

Nos últimos dois anos, o mercado de medicamentos dispensados nas farmácias baixou mais de 730 milhões de euros.

Hoje, todo o sector do medicamento enfrenta uma seriíssima crise, que é particularmente gravosa para as farmácias.

Estudos realizados por entidades independentes, como a Universidade de Aveiro e a Universidade Nova de Lisboa, vieram confirmar uma situação bem conhecida dos farmacêuticos, que, todos os dias, sentem as agruras dos seus efeitos.

E também permitiram quantificar o quadro existente.

Hoje, está plenamente demonstrado que a margem das farmácias não lhes permite cobrir os custos fixos.

Tenho esperança que os estudos também possam, finalmente, demonstrar aos governantes a gravidade da situação, que tem sérias implicações, desde logo ao nível da desestabilização da assistência farmacêutica à população.

## VII

É preciso que a obsessão pelos resultados financeiros e orçamentais não se torne devastadora.

Por isso mesmo, tenho recomendado ao Ministério da Saúde, em nome da Ordem dos Farmacêuticos, mais gradualismo na redução da despesa pública com medicamentos em ambulatório.

A despesa do Estado com medicamentos dispensados nas farmácias reduziu, nos últimos dois anos, mais de 600 milhões de euros, o que constitui uma situação sem par noutros sectores da economia portuguesa.

Entre outras medidas, defendemos como princípio geral a relativa estabilidade dos preços e, por conseguinte, a revisão do actual regime de preços e comparticipações dos medicamentos.

Sob a capa de promover a concorrência, este regime transformou-se num carrasco dos operadores do sector.

E acaba sendo anti-concorrencial, já que, na prática, propicia condições para que as empresas de maior dimensão ou mais capitalizadas tendam a eliminar as mais pequenas.

É pois urgente que o Ministério da Saúde institua mecanismos estabilizadores dos preços dos medicamentos e que tragam equidade entre medicamentos de marca e genéricos.



De igual modo, impõe-se urgentemente tomar medidas que reassegurem a sustentabilidade económica e financeira das farmácias, que o mesmo é dizer, em segunda instância, que salvaguardem a sua independência e deontologia e útil cobertura geográfica das populações.

Desde logo, no que respeita ao modo de remuneração das farmácias, através da instituição de um novo modelo que valorize e retribua os actos farmacêuticos praticados.

## **VIII**

Como afirmei, a situação é muito grave.

E não tenho porém a certeza de que politicamente haja uma clara noção do que se está a passar.

Reitero a disponibilidade da Ordem – como, aliás, é sua atribuição estatutária – para cooperar activamente com os decisores políticos na procura das melhores soluções que permitam, simultaneamente, sanear o défice orçamental do Ministério da Saúde e manter uma intervenção solidária junto dos doentes, principalmente dos mais carenciados.

Que proteja a sua saúde e que seja adequada à situação social e económica de cada um.

E que não flagele, pela via material, as essenciais intangibilidades da função social do farmacêutico.

Isso para nós é um ponto de honra.

Muito obrigado pela vossa atenção.